

**CONTRIBUIÇÕES DA ABRACE\* À CONSULTA PÚBLICA Nº 18 DE  
2020 DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SEDE-MG**

**REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DO MERCADO LIVRE DE GÁS NATURAL EM  
MINAS GERAIS.**

**\*A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO (ABAL), A ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL (ABEMI), A ASSOCIAÇÃO  
PAULISTA DAS CERÂMICAS DE REVESTIMENTO (ASPACER) E A  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE  
ENERGIA ELÉTRICA (APINE) ENDOSSAM A PRESENTE  
CONTRIBUIÇÃO**

**NOVEMBRO DE 2020**

**Participante:** Juliana Rodrigues e Adrianno Lorenzon

**Empresa:** Associação Brasileira de Grande Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

**Contato:** [juliana@abrace.org.br](mailto:juliana@abrace.org.br) / [adrianno@abrace.org.br](mailto:adrianno@abrace.org.br) / (61) 3878-3500

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente parabenizamos à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE-MG) pela presente consulta pública, que coloca em discussão a revisão do marco regulatório estadual para o mercado livre em Minas Gerais em um momento tão oportuno, em que as discussões para a criação de um mercado competitivo e integrado para o setor têm resultado em reformas importantes em diversos estados e também em âmbito federal.

Para que o desenvolvimento da indústria brasileira de gás natural aconteça, de fato, não basta corrigir as ineficiências estruturais dos segmentos à montante, mas é necessário, principalmente, que as barreiras regulatórias estaduais sejam eliminadas para permitir transações e a migração de consumidores elegíveis ao mercado livre.

Começamos esta contribuição analisando a Resolução nº 17/2013, que dispõe sobre a criação do Mercado Livre no estado de Minas Gerais. A Lei Federal nº 11.909/2009 (Lei do Gás) instituiu um novo marco regulatório para o setor e firmou as bases para a criação de um ambiente de comercialização livre ao instituir as figuras do Consumidor Livre, Autoprodutor e Auto-importador. O entendimento do legislador, em atenção ao § 2º do art. 25 da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, foi em atribuir aos Estados a competência regulatória para delimitar o nível de consumo necessário para que um usuário deixe de ser cativo bem como estabelecer o regramento sobre o uso da rede de distribuição.

Assim, embora não exista restrição para a negociação da molécula no âmbito federal, para a contratação no ambiente livre os consumidores conectados à rede de distribuição que pretendem contratar diretamente gás natural de qualquer supridor precisam adequar-se às regras estaduais estabelecidas para este fim. Dito de outra maneira, legalmente a comercialização do gás pode ser realizada por qualquer agente autorizado pela ANP, em

---

<sup>1</sup> Apesar de o entendimento da ABRACE é de a Lei nº 11.909/2009 afronta a Constituição Federal, na medida em que a comercialização de gás natural somente poderia ser inserida no conceito de “serviços locais” expressos no art. 25, §2º, CF, quando e se realizada sob o regime de serviço público, esta consulta pública, certamente, não se configura no mecanismo adequado para discutirmos sobre a inconstitucionalidade de lei/decreto federal.

observância as regras delimitadas por esta agência, exceto para atendimento dos mercados cativos da Concessionária local.

Ressalta-se que, por compor elos interdependentes, a cadeia produtiva do gás natural precisa de coordenação regulatória. Foi com esta preocupação que o Poder Executivo Federal publicou a Resolução CNPE nº 16, de 24 de junho de 2019, que estabelece diretrizes voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural. Dentre estas diretrizes, o CNPE recomenda a adoção de boas práticas regulatórias pelos Estados Federados, relacionadas à prestação dos serviços locais, os quais lhes competem. Nesta mesma linha, a ANP lançou a Consulta Pública nº 12/2020, que dispõe sobre o Manual de Boas Práticas Regulatórias, cumprindo com o objetivo de harmonizar as legislações federais e estaduais.

Frisa-se que dentre as recomendações constantes neste manual destacam-se, de forma não exaustiva, a importância de:

- não serem criados entraves regulatórios à entrada de agentes interessados no mercado livre;
- desvincular as informações relativas às atividades de prestação dos serviços de distribuição e à comercialização;
- conferir transparência na formação da tarifa, segregando os custos da molécula, transporte e distribuição;
- dar publicidade aos critérios e metodologia utilizados para cálculo das tarifas, incluindo o cálculo dos custos envolvidos com a comercialização das distribuidoras e da TUSD-E.

Essas recomendações de carácter geral da ANP tem forte embasamento em práticas regulatórias adotadas por diversos outros países que foram bem sucedidos em suas reformas. Portanto, servem de modelo para o novo conceito que se espera adotar para aprimorar o regramento do mercado brasileiro de gás natural.

Diante do exposto, a competência conferida aos Estados para instituir regras e delimitar o mercado cativo e livre, por exemplo: volume mínimo, prazo para migração, etc, não só devem ser definidas de forma a não impedir o desenvolvimento das operações neste último, mas de promover também o amplo acesso de comercializadores, autoprodutores e auto-importadores, sem criar exigências adicionais àquelas já definidas pela autoridade reguladora federal.

Por exemplo, na visão da ABRACE estabelecer um limite temporal para a migração do consumidor ao mercado livre só seria necessário caso a migração deste consumidor implicasse em ônus à concessionária local ou ao mercado cativo. Sendo assim, sugerimos que a resolução proposta considere o aviso prévio somente se estiver associado à comprovação pela Concessionária de ônus decorrente desta migração.

Um outro ponto que merece ser considerado pela autoridade reguladora diz respeito ao estabelecimento do consumidor parcialmente livre. Como trata-se de um mercado em transição é possível que a escolha pela migração seja gradual, até mesmo para permitir aos consumidores o gerenciamento dos riscos envolvidos neste processo. Esta definição é fundamental para um mercado ainda em fase de amadurecimento que não possui ferramentas e mecanismos adequados de oferta para caso ocorra interrupções no fornecimento de gás natural, por exemplo mercados de curto prazo e secundário.

Do mesmo modo, cabe ressaltar a importância do papel da autoridade reguladora em preservar a neutralidade das penalidades relativas à operação da concessionária em atendimento tanto do mercado livre como do cativo. Assim como de dirimir o tratamento destas penalidades em resolução específica, estabelecendo uma conta regulatória que permita que a receita obtida através destas penalidades não seja absorvida indevidamente pela distribuidora, mas seja aplicada em prol da modicidade tarifária ao mercado correspondente (livre ou cativo). Cabe mencionar que a ARSESP, agência que regula o serviço de gás canalizado em São Paulo, trouxe esse *benchmark* para o mercado, ao dar devido tratamento regulatório às penalidades através da Deliberação nº 1056/2020.

É também de suma importância que nesta oportunidade de revisão regulatória do mercado livre em Minas Gerais, a SEDE considere normatizar a cobrança da tarifa de uso específico, usualmente denominada TUSD-e, assim como definir as regras para investimentos de usuários interessados na construção de ramais específicos. Este tema é de fundamental importância na configuração do livre mercado, uma vez que torna oportuno o atendimento de usuários que não estejam interligados ao sistema de distribuição, através de tratamento adequado na formatação tarifária destas instalações. Nota-se que outros estados já se adiantaram ao regulamentar a TUSD-e, como é o caso do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, o que certamente contribuirá para a captação de novos usuários e, por consequência, de mais investimentos e empregos associados.

Em relação a este tema, também frisamos a necessidade de a SEDE definir o percentual correspondente ao custo com a comercialização para desconto na TUSD a ser aplicadas para

usuários do mercado livre. Em que pese a revisão tarifária ter sido deliberada em 2019, até hoje não houve efetivo cálculo deste percentual em atendimento a regulação exposta.

No que concerne à Resolução nº 18/2013, que trata das regras específicas ao exercício da atividade de Comercialização em Minas Gerais, novamente frisamos o entendimento da ABRACE de que, uma vez que cabe aos estados explorarem os serviços locais de gás canalizado – direta ou indiretamente por meio de concessão – seu papel regulador fica circunscrito apenas à sua área de concessão, não se estendendo à negociação comercial por agente livre que é realizada em âmbito federal, portanto de regulação da ANP.

Ao impor regras em duplicidade ou demasiadamente rígidas à atuação destes agentes poderá haver menos supridores querendo atuar no estado e optando por transacionar em outros mercados. Um exemplo, é a necessidade de o comercializador ter que apresentar documentações à SEDE equivalentes às aquelas necessárias à obtenção da autorização pela ANP. Ou seja, haveria um esforço regulatório desnecessário para estes agentes, bastando apenas a exigência de encaminhar a autorização já aprovada pela ANP para receber a permissão para o exercício desta atividade em Minas Gerais.

Ademais, a exigência para que o consumidor livre tenha que obter autorização de comercializador para vender seus excedentes não se relaciona nem mesmo com o conceito e objetivo de sua atuação, na medida em que o consumidor, nesse caso, não tem qualquer intenção de tornar essa venda parte do seu *business*. Tal exigência somente gera burocracia e custos desnecessários, contrariando o disposto na legislação federal em vigor. Neste aspecto, cabe à SEDE, no cumprimento de sua função reguladora, além de determinar quais condições racionais para que consumidores possam migrar para o mercado livre, regular os contratos de uso do sistema de distribuição (CUSD).

Vale mencionar que a venda de excedentes tem como único objetivo adequar portfólios e gerenciar riscos diante de uma parada não programada ou redução da demanda por condições exógenas e adversas ao plano energético previamente delineado por estes consumidores. Em geral, contratos são firmados no longo prazo com cláusulas de consumo e uso de capacidade mínima. Assim, a possibilidade de os consumidores livres venderem excedentes é necessária para garantir o adequado gerenciamento dos contratos firmados, além de ser positivo para o desenvolvimento da liquidez do mercado.

Tendo isto em vista, a ABRACE apresenta a seguir suas considerações a esta Consulta Pública e, embora o foco da nossa contribuição seja a melhoria das regras para que consumidores



cativos possam migrar para o ambiente de contratação livre, vale a pena ressaltar que as exigências propostas à comercialização do gás natural pelo estado de Minas Gerais tem potencial para reduzir a pluralidade de agentes e a liquidez nas transações a serem realizadas neste estado. Por isso, **sugerimos** a revogação da Resolução nº 18 de 09 de dezembro de 2013.

Dispositivo da minuta	Redação sugerida para o dispositivo	Justificativa
<p>Art. 2º - Os incisos XII e XIII da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º - [...]</p> <p>XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;</p> <p>XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;”</p> <p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p>	<p>Art. 2º - Os incisos <u>VI, VIII, XII, e XIII, XIV, XVIII e XXVI</u> do art. 2º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º - [...]</p> <p><u>[...]</u></p> <p><u>VI -CAPACIDADE CONTRATADA: capacidade que a concessionária deve reservar em seu sistema de distribuição para movimentação de quantidades de gás contratadas pelo consumidor livre ou parcialmente livre, autoimportador ou autoprodutor e disponibilizadas à concessionária no ponto de recepção, para movimentação até o ponto de entrega, expressa em metros cúbicos por dia, nos termos do respectivo contrato de serviço de distribuição;</u></p> <p><u>VIII- COMERCIALIZADOR: pessoa jurídica autorizada a vender gás ao consumidor livre na área de concessão conforme legislação vigente pessoa jurídica autorizada pela ANP a comercializar gás natural;</u></p>	<p>Sugestão de alteração para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Incluir o conceito de previsão de consumidor parcialmente livre, fundamental para este momento de transição a um mercado mais líquido e competitivo de gás natural, como já justificado na introdução deste documento;</li><li>• Adequar o conceito de comercializador, que em atendimento ao regramento legal é uma figura regulada e autorizada pela ANP;</li><li>• Não limitar o atendimento ao consumidor livre (e potencialmente livre) a um único ponto. Destacamos que a flexibilização do atendimento ao consumidor livre, neste sentido, é fundamental para não prejudicar a negociação de contratos de suprimentos por grandes consumidores industriais que possuem em seus processos produtivos</li></ul>

	<p>[...]</p> <p>XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;</p> <p>XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, <del>relacionado a único ponto de entrega</del> que exerceu a opção de adquirir o gás <u>de outro agente que atua no Mercado Livre um comercializador, agente produtor ou importador;</u></p> <p>[...]</p> <p>XIV - CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: consumidor de gás, <del>relacionado a único ponto de entrega</del>, atendido, ou a ser atendido, pela concessionária, que atenda às necessidades previstas nesta resolução para tornar-se um consumidor livre;</p> <p>[...]</p> <p><u>XVIII- MERCADO LIVRE: ambiente onde a comercialização é exercida em livre competição, obedecendo os critérios de enquadramento como consumidor livre ou parcialmente livre, conforme regulação da ANP;</u></p> <p>[...]</p> <p><u>XXVI - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: conjunto de tubulações, instalações e demais componentes, que interligam os pontos de recepção e os pontos de entrega, indispensáveis à prestação do serviço de distribuição de gás</u></p>	<p>mais de um ponto para recebimento do gás natural;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Adequar a definição de mercado livre, em que as transações comerciais poderão ser exercidas por qualquer agente livre autorizado pela ANP, também com o objetivo de trazer mais liquidez às transações comerciais;</li><li>• Adequar a definição de Sistema de Distribuição, normalmente utilizado para rede interligada, excetuando as redes específicas. Mesmo que sejam operadas pela distribuidora, estas instalações devem ter tratamento tarifário distinto, considerando apenas os custos de investimento e operação envolvidos nestas instalações, uma vez que seus usuários não se beneficiam do sistema de distribuição.</li></ul>
--	---	---

	<u>canalizado, excluindo as instalações de uso específico;</u>	
Inclusão de inciso ao art. 2º	<u>XXX – CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: consumidor que possui contratação simultânea de compra e venda de gás no Mercado Livre e Mercado Regulado;</u>	<p>Além do que já foi mencionado na introdução desta contribuição, a migração para o mercado livre é uma opção do Consumidor, e dessa forma, em linha com os dispositivos legais relativos ao tema, faz-se de suma importância positivar a figura do Consumidor Parcialmente Livre, cuja relação com a Concessionária será mista e merece regulamentação adequada.</p> <p>A opção de contratação simultânea nos mercados cativo e livre existe em outras regulações estaduais, como São Paulo e Minas Gerais, e podem servir de <i>benchmarking</i> para esta Secretaria.</p>
Inclusão de inciso ao art. 2º	<u>XXXI - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre e parcialmente livre, autoprodutor ou auto-importador, nos termos desta Regulação</u>	É de fundamental importância a definição da tarifa relacionada à prestação do serviço pela distribuidora, em atendimento aos usuários do mercado livre.
Inclusão de inciso ao art. 2º	<u>XXXII - INSTALAÇÕES DE USO ESPECÍFICO: todas instalações, incluindo gasodutos que conectam diretamente o consumidor livre, o auto-importador, ou autoprodutor ao transporte, UPGN ou terminais de GNL, por meio de ramal específico não interligado ao sistema de distribuição</u>	<p>Sugere-se a inclusão da definição de instalações de uso específico, conforme previsto na presente resolução, ora em revisão, e em atendimento à Lei Federal nº 11.909/2009.</p> <p>A regulação da construção destes ramais se faz necessária para que usuários distantes do sistema de distribuição possam se beneficiar dos serviços locais</p>



		de gás canalizado, se assim desejarem. Este conceito beneficiará tanto os usuários, como a distribuidora e o Estado de Minas Gerais que contarão com o aumento do serviço (receita) e investimentos.
Inclusão de inciso ao art. 2º	<u>XXXIII - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA (TUSD-e): Tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado para uso específico, nos termos desta Regulação e nos termos do Art. 46 da Lei Federal nº 11.909, de 2009, e regulamentações posteriores ou que vierem a substituí-la.</u>	Uma vez definida as instalações de uso específico, faz-se necessário também conferir tratamento adequado aos componentes tarifários desta infraestrutura.
<p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]</p> <p>I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária ter volume contratado no âmbito do mercado livre de pelo menos o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia);</p> <p>II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 5.000 m³/dia</p>	<p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]</p> <p>I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária ter <u>capacidade contratada com a concessionária</u> <del>volume contratado no âmbito do mercado livre</del> de pelo menos o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia);</p> <p>II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre <u>ou parcialmente livre, desde que possua contrato de capacidade com a concessionária</u> <del>fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por</del></p>	<p>Uma vez que cabe legalmente à autoridade reguladora estadual delimitar o mercado cativo, não faz sentido algum que a SEDE estabeleça obrigações comerciais ao consumidor livre, negociação que acontecerá à montante do <i>citygate</i>, portanto fora da esfera de competência regulatória estadual.</p> <p>Assim, a regulação não deve se ater ao volume para que um usuário esteja apto ao mercado livre, mas à capacidade que este usuário deverá contratar com a distribuidora. Isto posto, ao invés de prever “volume contratado no âmbito do mercado livre”, conforme proposta original, sugerimos a readequação do texto para “capacidade contratada com a concessionária”, serviço que oferecerá ao usuário no âmbito do mercado livre.</p> <p>Do mesmo modo, sugerimos suprimir o § 4º para que não</p>

<p>(cinco mil metros cúbicos por dia).</p> <p>§ 1º - O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 5.000 m<sup>3</sup> (cinco mil metros cúbicos), para permanecer na condição de consumidor livre.</p> <p>[...]</p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.”</p>	<p><del>um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o</del> equivalente a 5.000 m<sup>3</sup>/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).</p> <p><del>§ 1º – O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 5.000 m<sup>3</sup> (cinco mil metros cúbicos), para permanecer na condição de consumidor livre.</del></p> <p>[...]</p> <p><del>§ 4º – O consumidor potencialmente livre para se tornar consumidor livre, que tiver contrato vigente de fornecimento com a concessionária celebrado em data anterior a da abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 1 (um) ano antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.</del></p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária <u>a partir da data de abertura do mercado</u>, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre <u>a qualquer tempo, limitado a 120 dias de com</u> antecedência <u>ao</u></p>	<p>haja tratamento diferenciado de consumidores que já possuem contratos firmados com a Concessionária antes da criação do mercado livre no Estado.</p> <p>Mantém-se os demais dispositivos deste artigo.</p>
--	---	---

	<p><del>mínima de 120 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária, através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.</del></p> <p>[...]</p>	
Inclusão de parágrafo ao Art. 3º	<p><u>§ XX – O cumprimento do aviso prévio, conforme disposto no § 5º somente será necessário caso a Concessionária comprove que a migração do consumidor ao mercado livre poderá acarretar ônus à concessão ou ao mercado cativo.</u></p>	<p>Caso a migração do consumidor ao mercado livre não implique em ônus à concessionária, não se vislumbra a necessidade de estabelecimento desta previsão regulatória.</p> <p>Assim, sugerimos a retirada da limitação temporal para a migração, com exceção aos casos em que haja implicações de custos adicionais à concessionária, cabendo a ela a comprovação do ônus.</p>
Inclusão de artigo à Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013	<p><u>Art. XX - Ao consumidor livre ou parcialmente livre será permitida a venda de volumes excedentes, que foram contratados, mas não foram utilizados em suas instalações.</u></p>	<p>A previsão de o consumidor livre poder comercializar seus excedentes é importante para o gerenciamento dos riscos envolvidos na contratação de molécula.</p> <p>Frisa-se que o objetivo não é a comercialização, como atividade fim, mas sim a venda de excedentes como medida para mitigar riscos e gerenciar portfólios, uma vez que variações da demanda podem ocorrer em função de, por exemplo, alterações tecnológicas, alterações nos planos de expansão – tanto para adiar quanto para adiantar a produção – ou até mesmo variações das condições do mercado.</p> <p>No setor elétrico brasileiro a venda de excedentes pelo consumidor é permitida e tem sido considerada como um</p>

		grande avanço para este mercado como um todo.
Inclusão de artigo à Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013	<p><u>Art. XX - A Concessionária, para exercer a atividade de Comercializador, deverá constituir pessoa jurídica distinta e com fins específicos à Comercialização, a qual deverá ter independência técnica, financeira, operacional, de gestão e contábil da concessionária sendo vedado, portanto, o compartilhamento dos seus membros, colaboradores, instalações, ativos tangíveis e intangíveis, sistemas operacionais.</u></p> <p><u>§ 1º - Em atendimento à independência expressa no caput é vedado aos membros dos órgãos diretivos, de gestão, de fiscalização e de todo escalão da Comercializadora atuarem ou exercerem funções nas atividades da Concessionária.</u></p> <p><u>§ 2º - É vedada a divulgação, entre Concessionária e Comercializadora relacionada, de toda e qualquer informação concorrencialmente sensível e/ou confidencial a que tiverem acesso no curso da prestação de suas referidas atividades, sob pena de caracterização de infração à ordem econômica.</u></p>	<p>Por mais que se imponha a separação operativa e contábil, a experiência internacional demonstra a vantagem informacional do mercado de distribuição sobre o exercício da atividade de comercialização por parte da concessionária ou seu grupo econômico.</p> <p>Caso a regulação não promova a independência entre estas atividades, assim como a transparência da atividade de distribuição, a possibilidade de obtenção de vantagens indevidas poderá causar prejuízo, ou até mesmo, comprometer o acesso de outros comercializadores.</p>
Alteração do Art. 5-ºA	Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de	Alteração para deixar explícita a necessidade de consulta prévia à homologação do contrato padrão pelo regulador.

	distribuição de gás canalizado para homologação, <u>precedida de consulta pública</u> , em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres <u>ou parcialmente livres</u> .	
Exclusão do art. 6º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013	<del>Art. 6º—Os fornecedores de gás da concessionária não poderão, durante os 15 (quinze) primeiros anos após a abertura do mercado livre, realizar contrato de compra e venda de gás junto aos consumidores potencialmente livres, caso a redução de volume no mercado regulado gere a necessidade de pagamento de compromissos contratuais de retirada mínima de gás ou de utilização mínima do sistema de transporte pela concessionária ao seu fornecedor.</del>	Sugerimos a exclusão do art. 6º por contrapor ao propósito esperado de desenvolvimento do mercado mineiro de gás natural. A proibição de fornecedores da Concessionária não exercer a livre atividade econômica de comercialização nos próximos 15 anos da abertura do mercado não faz sentido. A própria exigência aos consumidores potencialmente livres de cumprimento do contrato até o prazo final com a distribuidora, prevista na regulação, já mitiga o risco de pagamento de penalidades pela Concessionária.  Ademais, manter esse artigo não incentivará a distribuidora a buscar as melhores condições de negociação dos contratos de suprimento, cujas cláusulas, atualmente, são inteiramente repassadas aos consumidores cativos por ela atendidos.  A SEDE deve prezar pela eficiência na prestação do serviço de gás canalizado e no fornecimento ao mercado cativo e impedir que custos ineficientes sejam repassados ao mercado.
Inclusão de artigo para alteração do art. 7º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013	<del>Art. 7º São condicionantes para a prestação de serviço de distribuição ao consumidor livre, autprodutor e autoimportador:</del>	As alterações propostas tem por objetivo deixar mais evidente as obrigações da Concessionária para atendimento dos usuários que



	<p>[...]</p> <p>III—celebração de contrato de serviço de distribuição, com volumes mínimos conforme limites estabelecidos para enquadramento ao mercado livre;</p> <p><del>IV—fornecimento de informações pelo consumidor potencialmente livre à concessionária, referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização do gás e a obrigatoriedade de comunicar eventuais alterações supervenientes;</del></p> <p><del>V—quando se tratar de consumidor potencialmente livre do mercado regulado deverá cumprir os prazos de aviso prévio para se tornar consumidor livre, bem como atender aos limites estabelecidos para este enquadramento</del></p> <p>[...]</p> <p><u>§ 3º - Caso seja comprovada a inviabilidade econômica para a ampliação da capacidade, o consumidor livre, consumidor potencialmente livre, autoprodutor ou autoimportador poderá solicitar a ligação, desde que arque com a parcela que torne a ligação economicamente viável;</u></p> <p><u>§ 4º - O consumidor livre, autoprodutor ou autoimportador cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela concessionária poderão</u></p>	estejam operando no mercado livre.
--	--	------------------------------------

	<u>construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para seu uso específico atendendo aos dispositivos do art. 46 da Lei Federal nº 11.909, de 2009 e nos termos do art. XX.</u>	
Inclusão de Parágrafos ao art. 7º	<p><u>§ 5º O valor equivalente à participação financeira destinada à construção de instalações de uso específico, quando financiado pela Concessionária, não será adicionado à base regulatória de ativos da concessionária para efeito do cálculo das tarifas.</u></p> <p><u>§ 6º - A Concessionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para justificar ao usuário solicitante e à SEDE o possível não atendimento de que trata o § 4º.</u></p> <p><u>§ 7º - Fica caracterizada a impossibilidade de a Concessionária atender as necessidades de movimentação de gás natural, para efeito do § 4º, em qualquer das hipóteses abaixo:</u></p> <p><u>I – a infraestrutura física existente não atender à necessidade de movimentação de gás natural nas condições requeridas pelo Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador, do ponto de recebimento ao ponto de entrega, necessitando da construção de gasoduto dedicado;</u></p> <p><u>II - o prazo para início ou término da construção ou da entrada em operação do gasoduto dedicado, a ser construído pela</u></p>	<p>As alterações propostas tem por objetivo deixar mais claro que aquele usuário que vier a investir na infraestrutura de distribuição para seu atendimento terá sua tarifa adaptada corretamente.</p> <p>Importa ressaltar que todo o investimento empregado pelo consumidor livre, autoprodutor ou autoimportador deve ser considerado na redução da tarifa, na parcela correspondente ao CAPEX custeado por ele.</p> <p>Também destacamos as condições para que pode caracterizar o não atendimento da Concessionária na construção das instalações de uso específico, caso o custo de construção seja superior ao proposto por outro agente de mercado.</p>

	<p><u>Concessionária, forem incompatíveis com as necessidades e expectativas do Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador, para viabilidade econômico-financeira e operacional do empreendimento;</u></p> <p><u>III - os custos para construção do gasoduto dedicado pela Concessionária, forem superiores aos estimados pelo Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador;</u></p> <p><u>IV - a Concessionária não puder atender condições específicas para movimentação de gás natural e construção do gasoduto dedicado relativas ao empreendimento do Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador.</u></p> <p><u>§ 8º Caso as instalações de uso específico sejam custeadas pelo Consumidor Livre, Autoprodutor ou Autoimportador, a Concessionária deverá celebrar contrato de operação e manutenção com estes agentes, no prazo de até 60 (sessenta) dias do início da construção destas instalações.</u></p> <p><u>§ 9º Os custos de operação e manutenção referidos no parágrafo anterior serão calculados com base nos custos de operação e manutenção das instalações de uso específico, sem remuneração adicional.</u></p>	
--	---	--

Alteração do art. 23º da  
Resolução SEDE nº 17, de 9  
de dezembro de 2013

Art. 23 – o consumidor livre, auto-importador e autoprodutor fará uso dos serviços de distribuição da respectiva concessionária, cabendo a esta a cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), a serem definidas nos processos de Revisão Tarifária

§ 1º - Para cálculo da tarifa de uso do sistema de distribuição, a SEDE deverá definir percentual de redução da margem de distribuição, referente ao encargo de comercialização, conferindo a devida transparência do cálculo deste percentual durante o processo de Revisão Tarifária.

§2º - Para determinação do encargo definido no parágrafo anterior, a SEDE deverá considerar, mas não se limitando, à:

I – Gestão de aquisição do gás natural e transporte, incluindo as penalidades impostas nos contratos e compra e venda firmado entre a concessionária, supridor(es) e transportadores.

II – Comunicação e marketing.

III – Despesas de pessoal da diretoria comercial.

IV – Despesas de pessoal do centro de custo de suprimento de gás natural.

V – Despesas jurídicas relacionadas com a comercialização e ativos utilizados especificamente para este fim.

Sugerimos a alteração do art. 23 por entender que a regulação pela SEDE das condições para aplicação e cálculo da TUSD é fundamental à resolução que dispõe sobre o livre mercado de gás em Minas Gerais, não deixando margem para divergências ou conflitos que possam impedir à migração de consumidores para este mercado.

Inclusão de artigo	Art. XX - A concessionária deverá divulgar as tarifas vigentes, discriminando separadamente a margem de distribuição aplicável para cada segmento e subsegmento do mercado regulado e as tarifas de uso do sistema de distribuição (TUSD) aplicáveis aos usuários do mercado livre.	A transparência e o detalhamento das informações sobre o cálculo da TUSD e TUSD-e, em um processo liderado pela SEDE, reduzirão as assimetrias de informação entre a Concessionária e usuários do sistema de distribuição, garantindo uma remuneração justa pelo serviço prestado e modicidade tarifária.
Inclusão de artigos que contemple a definição de cálculo para Tarifa de Uso Específico (TUSD-e)	<p>Art. XX – Caso a construção das instalações de distribuição sejam custeadas total ou parcialmente pelo consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor, conforme estabelecido no art. 7º, caberá a incidência de pagamento de tarifa de uso específico (TUSD-e)</p> <p>Art. XX - A TUSD-e será calculada pela SEDE nos processos de revisão tarifária, conforme as especificidades de cada instalação.</p> <p>§ 1º - Para cálculo da TUSD-e será considerado os investimentos empregados pela concessionária para sua construção e as taxas de remuneração e de depreciação correspondentes e os custos de operação e manutenção, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência e publicidade.</p> <p>§ 2º - Para definição dos custos de operação e manutenção será considerada a proporção do volume movimentado nestas instalações em relação ao volume total movimentado pela concessionária, excluídos os custos de</p>	Através dos processos de consulta e audiência públicas, que favorecem a isonomia entre os consumidores e Concessionária, é possível identificar e instituir mecanismos que busquem maior eficiência na gestão dos serviços locais de gás canalizado, e que tal ganho de eficiência seja repassado às tarifas.



	<p>comercialização, conforme disposto no art. XX.</p> <p>Art. XX - Na construção destas instalações, de uso específico, ficam estabelecidas as seguintes regras:</p> <p>a) Quando a construção for custeada e realizada integralmente pelo consumidor livre, auto-importador ou autoprodutor, os investimentos e taxas de remuneração e depreciação correspondentes não serão considerados para fins de remuneração da concessionária.</p> <p>b) Quando a construção for parcialmente custeada pelo consumidor livre, auto-importador ou autoprodutor, a proporção do capital empregado por estes usuários e das taxas de remuneração e depreciação correspondentes não serão consideradas no cálculo da remuneração da concessionária.</p> <p>§ 3º: Fica vedada a cobrança, pela concessionária, de antecipação de receita para custear a construção das instalações de uso específico.</p> <p>Art. XX - O consumidor livre, auto-importador e autoprodutor que estiverem conectados a instalações de uso específico deverão celebrar contrato com a concessionária, devendo estas instalações serem incorporadas à Concessão.</p> <p>Parágrafo único: Os investimentos empregados</p>	
--	---	--

	<p>pelo consumidor livre, auto-importador ou autoprodutor nas instalações de uso específico não serão contabilizados para fins de remuneração tarifária da concessionária.</p> <p>Art. XX - Posterior conexão de ramais de terceiros às instalações de uso específico não alterará a incidência da TUSD-e ao USUÁRIO original.</p> <p>Parágrafo único: Os ramais de terceiros, conforme previsto no caput, não farão jus ao tratamento tarifário específico (TUSD-e), exceto se pertencer ao mesmo grupo econômico do agente construtor.</p>	
Alteração do art 5º	<p>Art. 25-A – A cada Revisão Tarifária, o regulador <u>aplicará</u> <del>definirá</del> o desconto <del>a ser aplicado</del> sobre a tarifa <del>para</del> <u>dos</u> consumidores livres, <u>autoprodutores e autoimportadores</u>.</p> <p>Parágrafo único – o desconto tratado no caput será expresso em valor percentual que será aplicado à margem de distribuição da concessionária livre de impostos, <u>conforme disposto no art. 23 e representará os custos de comercialização</u></p>	Sugestão de alteração para tornar o texto mais claro e coerente com os preceitos das boas práticas regulatórias.
Inclusão de novo artigo	<p><u>Art. XX - A Concessionária deve acatar programação do Consumidor Livre, Autoprodutor ou Auto-importador mesmo que superior à capacidade contratada, desde que não cause risco a operação da rede de distribuição.</u></p>	Diante do surgimento de novos produtos de transporte no mercado livre, especialmente para os contratos de curto prazo, verifica-se que a proposta de deliberação apresentada carece de previsão regulatória que harmonize os diferentes produtos de transporte existentes, ou os que vierem a surgir, com os de distribuição.

		Para evitar que a falta de regulação não se torne barreira de adesão dos consumidores ao mercado livre, sugere-se pela inclusão de artigo que trate sobre o tema.
Inclusão de parágrafos ao art. 26	<p><u>§ 1º - As penalidades no CUSD sobre os usuários que operam no mercado livre não devem ser superiores às estabelecidas ao usuário cativo, para o mesmo segmento de consumo;</u></p> <p><u>§ 2º - As penalidades pagas pelos usuários que operam no mercado livre compõem conta regulatória de penalidades específica, cuja receita será utilizada para dedução da TUSD.</u></p>	<p>Sugerimos a inclusão destes dispositivos para conferir tratamento isonômico entre agentes do mercado livre e cativo.</p> <p>Ademais, é importante que haja previsão regulatória para dar o devido tratamento das compensações tarifárias por penalidades auferidas pelas concessionárias sobre consumidores livres, de maneira a impedir que se configure em receita extraordinária à natureza dos serviços locais de gás canalizado.</p>